

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO DESAFIO NO ENSINO SUPERIOR: DOS GANHOS INDIVIDUAIS AOS IMPACTOS INSTITUCIONAIS

Formação e Gestão em Processos Educativos

Charlene Soares
Gildo Volpato

Introdução

Sabemos que nos últimos anos o processo de globalização tem interferido fortemente nas políticas de internacionalização do Ensino Superior no Brasil. À mobilidade acadêmica dos estudantes para universidades de países estrangeiros tem se intensificado consideravelmente, assim como aumentou o número de jovens estrangeiros fazendo cursos de graduação em nosso país. É a partir deste contexto e desta realidade que está sendo desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado: “A internacionalização como desafio no ensino superior: dos ganhos individuais aos impactos institucionais”.

A pesquisa tem como objetivo principal compreender as políticas de internacionalização no ensino superior estimuladas pelo processo de globalização e as decorrências das mesmas nas experiências de formação acadêmica e os possíveis reflexos de qualidade nos processos de ensinar e aprender nos cursos de graduação e na Universidade.

Os objetivos específicos do projeto de pesquisa são: verificar em que e como se aproximam e impactam as práticas e as experiências pedagógicas na universidade, num contexto de democratização e internacionalização; identificar se os programas de mobilidade estudantil de caráter internacional se instituem como referente da qualidade da formação acadêmica na perspectiva dos estudantes e dos gestores; identificar se as políticas e estratégias institucionais de democratização e internacionalização repercutem nas práticas pedagógicas, e quais referenciais de qualidade que as orientam ou que delas emergem; analisar que ganhos acadêmicos são percebidos pelos estudantes

que participam das políticas de mobilidade acadêmica, e se estes se refletem no âmbito dos cursos de graduação e da instituição.

A pesquisa tem como lócus a Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, e os sujeitos investigados são os gestores dos cursos de graduação e os estudantes que participaram dos programas de mobilidade acadêmica tais como: Ciência sem Fronteira, Santander Universidades, e o da própria UNESC, por meio de editais. A coleta de dados está sendo feita por meio de questionário e entrevista semiestruturada.

Referencial Teórico

Em Bartell (2003), encontramos considerações significativas à referida pesquisa, acerca das diversas trocas internacionais relacionadas à educação e a Globalização como uma avançada fase no processo de internacionalização. Ele aponta diversas formas de internacionalização da educação que, dentre elas, para além das que envolve a pesquisa destacamos a presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus. Igualmente em Green e Baer (2001) destacam o aumento de contatos com estudantes internacionais. Em contra ponto, Knight (2004, p. 11), define a internacionalização universitária como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária”.

Baseados nos estudos de Morosini (2006), as estratégias de internacionalização estão voltadas, primordialmente à função ensino. Desse modo, identificaram-se textos que fomentam redes de pesquisa, mas o cerne da produção científica, principalmente a partir de 2004 e 2005, é o ensino. Percebe-se que neste período, cresceu o número de produções que discutem as estratégias de internacionalização, o aprendizado dos estudantes que participam deste processo, a construção da identidade e sua adaptação social, dentre outros.

Este é um reflexo do quanto à internacionalização tem se configurado em uma marca entre as universidades. Além da pesquisa, que se fortificou no panorama internacional a partir da década de 1990, alicerçado no processo de

globalização também o ensino de graduação tem sido alvo de políticas de internacionalização por meio das propostas de mobilidade acadêmica.

A própria preocupação com a qualidade do ensino tem estimulado políticas de internacionalização. Por isso, o próprio conceito de qualidade da educação superior, tem exigido reflexões acerca das políticas e as posições epistemológicas que incidem sobre as práticas de ensinar e aprender que se desenvolvem na universidade.

Entendemos a qualidade da educação superior na perspectiva apontada por Royero (2002, p. 2), pois para ele “a qualidade da educação superior “abarca todos los procesos de lo educativo, de lo social y de lo humano, por lo que (se) convierte en un sistema conectado con otros sistemas interdependientes”. Ele apresenta o conceito de qualidade da educação superior em seu caráter interpretativo e valorativo, ligado às dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas. Mas aparece, também, a dimensão docente na medida em que considera as estratégias voltadas para o desenvolvimento do processo de formação de alunos; fala da necessidade do empenho docente e discente nas tarefas acadêmicas, tendo em vista a relevância do que se aprende; considera fundamental o caráter transformativo, levando em conta as demandas da sociedade; envolve as decisões políticas, na medida em que o Estado participa da gestão educacional; sua dimensão micro, englobando a trajetória institucional em todas suas instâncias e o processo especificamente pedagógico ou formativo dos professores.

De forma complementar a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior (1998) e os Anais da UNESCO - Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1999) trazem o conceito de qualidade como um conceito multidimensional que abarca todas as funções e atividades na universidade: ensino, programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, ambiente acadêmico em geral. Apresenta a necessidade de uma auto-avaliação interna e transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, para assegurar a qualidade. Diz que precisam ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, ressalta que se deve dar atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos.

Como Barnett (2001), acreditamos que “nossas epistemologias não se limitam a existir de maneira isolada”. Elas configuram a sociedade e também a refletem. À vista disso, o conhecimento “legítimo” tem sido ampliado e não apenas se ocupa do “o que saber” senão também “do como saber” (p. 75). Por conseguinte a literatura tem apontado que o conceito de qualidade não nos remete a um construto universal, mas são propriedades que se encontram nos seres, ações ou nos objetos. De mais à mais, essa perspectiva significa que a qualidade é auto referenciada; pressupõe um sujeito ou uma comunidade que aceita determinados padrões como desejáveis. No âmbito da Universidade, há distintas posições políticas e filosóficas, no entanto, na universidade há valores em tensão, já que o mesmo acontece na sociedade, revelando movimentos contraditórios que se intercalam em função de interesses diversos e perspectivas divergentes, como nos mostra Bourdieu (1998), em se tratando de um campo de lutas inseridas na sociedade.

Entretanto, essas tensões se tornam um interessante objeto de análise quando duas forças, aparentemente em tensão, são desencadeadas pelo mesmo ente político, no caso que estamos analisando, o Ministério da Educação. Referimos-nos a tensão que possa haver entre os processos de democratização e de internacionalização da universidade brasileira. A primeira aponta para a inclusão de uma população estudantil de primeira geração, em que muitos dos seus integrantes trabalham e estudam, são provenientes de camadas médias da população e, em alguns casos, ingressam através de cotas étnicas ou cotas de escolas públicas, distantes dos padrões anteriores da meritocracia. A outra parece apontar para exigências meritocracias, envolvendo carreiras de complexidade mais alta, trajetórias estudantis com maiores oportunidades culturais incluindo o domínio de idiomas e disponibilidade de condições para afastar-se do trabalho, para usufruir de experiências acadêmicas e culturais em âmbito internacional.

Como, então, compatibilizar projetos acadêmicos aparentemente distintos? Serão incompatíveis essas duas perspectivas de qualidade universitária? E ainda como os acadêmicos estão “vendo” este movimento de mobilidade acadêmica? Na visão dos professores, coordenadores e autoridades acadêmicas? Questiona-se em que se agrega na formação pessoal dos estudantes e em que impacta nos cursos de graduação e na

própria instituição? Nessa perspectiva quais repercussões há nas práticas pedagógicas que protagonizam? As políticas acadêmicas acompanham essas expectativas e se preponderam? Esses são questionamentos que estimulam o desenvolvimento dessa pesquisa, que podem ser enriquecidos ao longo do processo de investigação. Da mesma forma, a importância atual de seus achados justifica a presente pesquisa em andamento, juntamente com a compreensão das políticas de estímulo à internacionalização no ensino superior estimuladas pelo processo de globalização e as decorrências das mesmas nas experiências de formação acadêmica.

Esses possíveis reflexos de qualidade nos processos de ensinar e aprender nos cursos de graduação e consecutivamente nas instituições universitárias prioriza os fatores investigativos aos quais estamos pesquisando.

Considerações Finais

Sendo assim, ao identificar se as políticas e estratégias institucionais de democratização e internacionalização, o que elas repercutem nas práticas pedagógicas, e quais referenciais de qualidade que as orientam ou que delas emergem, nos trará avanços metodológicos e um maior desenvolvimento, tanto no meio acadêmico quanto no que concerne a formação universitária. Além do mais, ganhos acadêmicos percebidos pelos estudantes que participam das políticas de mobilidade acadêmica, e se estes se refletem no âmbito dos cursos de graduação e da instituição, segue o nosso desafio com a referida pesquisa em andamento. No entanto, há sinais preliminares de que a busca por ampliação cultural, aprendizado de idiomas, melhoria da qualidade da formação são os grandes motes que levam os jovens universitários a buscarem essa experiência.

Referências

BARNETT, R. *Los limites de la competencia*. El conocimiento, la educación superior y la sociedad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

BARTELL, M. Internacionalização of universities: a university-culture-based framework. *Higher Education*. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BOURDIEU. P. "O campo científico". In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu*.

Sociologia. São Paulo. Ática, 1988.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI. *Visão e Ação*, Brasília: Imprensa, v. 8, n. 17, p. 83-89, 1998.

GREEN, M e BAER, M. Global learning in a new age: *The Chronicle of Higher Education*, USA, v. 48, November 2001.

KNICHT, J. Internacionalização remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*. *Sage Publications*, v. 8, n.1, spring 2004, p. 5-32.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Editora da UFPR. *Educar*. Curitiba, n. 28. 2006, p. 107-127.

ROYERO, J. *Contexto mundial sobre la evaluación en las instituciones de educación superior*. 2002. Disponível em:<<http://www.campusoei.org/revista/deloslectores/334ryero>> acesso em: 16/05/2015.

UNESCO. *Tendências da educação superior para o século XXI*. In: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 5 a 9 de outubro de 1998, Paris. *Anais*, Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.